

Os “brasileiros” da emigração no Norte de Portugal

Jorge Fernandes Alves*

A emigração, enquanto saída sistemática de população do território nacional, é um bem ou é um mal? Esta é uma interrogação que se colocou cedo em Portugal, a suscitar uma reflexão que poderíamos documentar desde o século XV, quando se iniciou a expansão marítima e os portugueses iniciaram a sua dispersão pelos vários cantos do globo. Interrogação que sempre reapareceu quando o fluxo emigratório ganhou expressão e que sucessivamente ficou sem resposta definitiva, dada a diversidade de pontos de vista. Mas se não era um bem, porque persistia a emigração como forma de resolver tantos problemas individuais e também por essa via resolver ou criar problemas colectivos? Só uma resposta positiva sobre os seus efeitos ao nível das representações do senso comum poderia alimentar uma emigração continuada, como era a portuguesa, sustentada durante muito tempo numa população extremamente jovem (onde por isso a decisão familiar era decisiva), por mais que intelectuais e políticos vissem nela um factor de desvitalização nacional.

Naturalmente esta questão central levantava um dilema às autoridades nacionais, o de permitir ou travar o movimento emigratório. Durante o absolutismo, logo nos inícios do século XVIII, quando o êxodo para o Brasil, aos primeiros indícios de ouro, ganhou proporções consideráveis e começou a corroer as componentes mais estáveis e desejadas da população, ultrapassando então largamente os envios regulares e controlados de colonos, além de vadios e ciganos, para o novo território, procurou-se resolver o problema por

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Alves, Jorge Fernandes – Os *brasileiros* da emigração no Norte de Portugal. In *Os Brasileiros da Emigração*, Actas do colóquio realizado no Museu Bernardino Machado/ C. M. de V. N. de Famalicão, 1999, p. 233-247.

medidas proibitivas das saídas, dada a mentalidade populacionista dominante¹. Medidas que nada solucionavam, pois a expansão geográfica sempre se apresentou como uma forma típica de produtividade dos pobres, na impossibilidade de haver expansão económica:

Que fazer onde a produção-homem abunda e a produção-trabalho escasseia? Fugir, emigrar, é um movimento biológico de defesa. Assim foi, é e continua a ser no Minho e alhures. — dizia, em 1929, Ricardo Jorge, um higienista do Porto, atento ao problema².

O debate sobre a emigração

No século XIX, com o incremento quantitativo da corrente migratória para o Brasil, entretanto país independente, e com as novas condições sociais e políticas para a discussão das grandes questões nacionais criadas com a emergência do parlamentarismo e da imprensa, o debate sobre a emigração ganhou uma grande amplitude (como em toda a Europa, em face da grande vaga de emigração transoceânica). Se, por um lado, havia o imperativo de agora ter de se respeitar o direito constitucional de mudança de domicílio, por outro lado era preciso encarar a visibilidade de situações escandalosas em relação a emigrantes desprotegidos e aliciados para os contratos de locação de serviços nas fazendas agrícolas do Brasil (o então designado “engajamento”).

A atmosfera positivista de então levava os eruditos coetâneos a procurar conhecer os números e estabelecer as leis de um movimento persistente, cujo caudal tendia a engrossar e a implicar gradualmente núcleos demográficos antes pouco rotinados na emigração, não

¹ Para uma evolução das medidas legislativas, cf. Jorge Fernandes Alves, *Os Brasileiros – Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, 1994, trabalho que seguimos para outros aspectos que nos absteremos de anotar neste artigo, nomeadamente a informação de tipo estatístico ou de estudos de caso.

² Ricardo Jorge, *Brasil! Brasil!*, Lisboa, 1930, p. 26

Alves, Jorge Fernandes – Os *brasileiros* da emigração no Norte de Portugal. In *Os Brasileiros da Emigração*, Actas do colóquio realizado no Museu Bernardino Machado/ C. M. de V. N. de Famalicão, 1999, p. 233-247.

obstante o crescendo de obstáculos burocráticos às saídas e uma propaganda que se esforçava por desconstruir os mitos da riqueza fácil e por adensar os perigos do desconhecido. Propaganda anti-emigração que o governo da segunda metade do século XIX procurou ampliar, solicitando mesmo apoio a bispos e párocos, utilizando então o púlpito como o canal de comunicação mais acessível e aparentemente mais eficaz às massas populares, de que ficou como exemplo a pastoral do arcebispo de Braga em 1872 a condenar a febre de partir e a solicitar a sua divulgação aos párocos nas missas de domingo. Afinal com poucos resultados e muitas críticas, apressando-se alguns a descodificar-lhe as palavras no sentido de que “os trabalhadores deviam trabalhar com salários muito moderados, para que se fizessem grandes casas e houvesse ricos proprietários; quer dizer – morre de fome para eu ficar rico. O sentido da pastoral é este”³.

Alguns autores, de espírito mais analítico, formularam tipologias, como forma de reconhecer as diferenças que sobressaíam no movimento geral e ousaram novos balanços sobre as vantagens/desvantagens da emigração, equacionados sobre a dicotomia interesses individuais versus interesses nacionais. Não faltam, então, discursos no parlamento e artigos na imprensa, com posições a favor ou contra a emigração, traçando-se cenários respectivamente positivos ou negativos, naturalmente apenas em relação ao país de partida. O superior interesse da nação justificava para alguns, ligados a interesses económicos de tipo agrário ou industrial, que se travasse ou desviasse “esta sangria desatada, perda de braços, forças e actividade” que punham em causa o “capital démico da nação”⁴. Outros mais ligados à doutrina individualista, apontavam o direito à liberdade de circulação, a

³ Intervenção do deputado Afonseca. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 13.01.1873, p.75.

⁴ Expressões de Ricardo Jorge, ob. cit.

Alves, Jorge Fernandes – Os *brasileiros* da emigração no Norte de Portugal. In *Os Brasileiros da Emigração*, Actas do colóquio realizado no Museu Bernardino Machado/ C. M. de V. N. de Famalicão, 1999, p. 233-247.

importância da emigração na eventual animação dos transportes marítimos e do comércio externo, bem como no refluxo das remessas monetárias. Assim, se, numa analogia organicista, a emigração podia surgir como “um escoamento de forças”, que depauperava os países emissores, afectando a sua actividade, também era encarada na sua “expansibilidade produtiva de forças e relações mercantis” como uma alocação remuneradora de factores económicos, a que alguns atribuíam mesmo um papel regenerador e estimulante sobre a sociedade de partida, como a Europa parecia evidenciar enquanto “vasto laboratório da emigração para todo o mundo”⁵.

No contexto desse longo debate sobre a emigração, que dos meados do século passado se estendeu até aos nossos dias (numa omnipresença que evidencia a importância do fenómeno), se distinguiu, por exemplo, Mendes Leal, um ex-ministro do Ultramar e dos Estrangeiros e figura muito grada na poderosa colónia portuguesa do Rio de Janeiro, que afirmou salomonicamente: *A emigração em si mesma — a emigração colectiva no seu sentido genérico — como quase todas as coisas, nem é absolutamente um mal, nem absolutamente um bem. Pode ser um bem ou um mal conforme as condições em que se efectua, as causas de que provém e os efeitos que produz*⁶.

E Mendes Leal apresenta mesmo uma proposta tipológica para a apreensão do fenómeno, tendo em conta a sua visão da diversidade de situações. Para ele, a emigração portuguesa divide-se em três categorias distintas - a mercantil, a agrícola e a marítima, cujos traços identificadores retrata da seguinte forma:

⁵ Luciano Cordeiro “As ilhas de Sandwich e a emigração portuguesa- documento parlamentar”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nº4, 1882, p.222-231

⁶ Mendes Leal, “Da emigração”, *A América*, nº 2, Fevereiro de 1868.

1) A mercantil, a que *pertencem ordinariamente os aparentados ou relacionados com as casas comerciais ou industriais estabelecidas no império, e recruta-se espontânea entre as famílias das cidades, ou filhos segundos de lavradores remediados. Para esta, em geral procedente do Norte do Reino, influem principalmente, — entre as causas permanentes, o natural desejo de fortuna, a protecção dos consanguíneos, as recomendações dos correspondentes, o desenvolvimento das indústrias no país destinatário; entre as causas acidentais, as crises monetárias e o desequilíbrio financeiro.*

2) A agrícola, de que *fazem comumente parte os indivíduos sem património, e ainda famílias inteiras menos favorecidas, que vivem do trato rural: é determinada as mais das vezes por desastres de lavoura, diligência dos engajadores, e frequência de refractários ao recrutamento para o exército.*

3) A marítima, em que se compreendem, *quase sem excepção, os habitantes das costas, e tem por ordinário incitamento - de um lado, a repugnância ao serviço militar, prevenção entranhada e genérica, secretamente alimentada por quem provavelmente tem nisso interesse.*

Pouco depois, em 1874, o diagnóstico de Alexandre Herculano era mais global e, conforme já sublinhou Amado Mendes⁷, continua por isso mais operativo: “A emigração é um fenómeno complexo nas suas causas, condições e resultados”. E, no desenvolvimento da sua preocupação analítica, este autor apontava, no campo das decisões de partida, uma atitude que podemos classificar como de estratégia individual ou familiar (“emigram uns por cálculos, ou próprios ou dos que os dirigem”), e, por outro lado, uma situação de lógica

Alves, Jorge Fernandes – Os *brasileiros* da emigração no Norte de Portugal. In *Os Brasileiros da Emigração*, Actas do colóquio realizado no Museu Bernardino Machado/ C. M. de V. N. de Famalicão, 1999, p. 233-247.

expulsiva (“são expulsos pela miséria [...] não calculam, nem esperam, nem deliberam”).

Nesta última, via Herculano um “estado patológico”, uma “perturbação dos órgãos da sociedade”, daí que o remédio não devesse recair sobre os candidatos à partida, antes se deveria actuar sobre as causas.

Se procurarmos sintetizar as linhas de força do debate oitocentista sobre a emigração e os seus efeitos, poderemos agrupar os principais tipos de efeitos atribuídos ao fenómeno, conformes aos diferentes pontos de vista, centrando-nos no seguinte esquema:

Tipos de efeitos provocados pela emigração sobre a sociedade de partida

Efeitos negativos (-)	Efeitos neutros	Efeitos positivos (+)
- enfraquecimento nacional (demográfico, económico)	Direito constitucional de mudança de domicílio	+ expansão do mercado (ligações económicas e culturais)
- subida de salários		+ subida de salários
- diminuição de mão-de-obra		+ alívio da pressão social
- desequilíbrio demográfico (em sexos e idades)		+ alargamento de horizontes individuais
- desprotecção do emigrante		+ remessas monetárias
- incentivo à procriação.		+ iniciativas económicas e sociais dos retornados

Vislumbrando-se efeitos contraditórios na emigração, não se torna fácil tratá-la politicamente, dada a conflitualidade daí emergente. Repare-se só como enquanto os países emigratórios procuravam contê-la, por sua vez os franceses do século passado (Bertillon, Leroy-Beaulieu) viam na ausência de emigração nacional uma ameaça, por falta de

⁷ José M. Amado Mendes, “A emigração portuguesa nas ópticas de Alexandre Herculano, Oliveira Martins e

vitalidade e de afirmação nacional! Ou atente-se na discussão a propósito de os “meios que evitam a emigração da miséria” constituírem eventualmente incentivos à “emigração de ambição”, porque promoviam a iniciativa individual, como seria o caso da instrução⁸.

Podemos circunscrever as soluções alvitradas e/ou assumidas no processo de discussão então desencadeado em Portugal, tipificáveis em duas atitudes básicas – a de tolerar ou a de combater a emigração, as quais são desdobráveis numa diversidade de atitudes, que podemos representar pela assunção das acções expressas pelos seguintes verbos:

1. *Tolerar* a emigração:

- *Regulamentar* (sobre contratos, embarques, estabelecer convenções com países receptores);
- *Vigiar* (policar as irregularidades e, mais tarde, criar polícia própria);

2. *Combater* a emigração:

- *Desviar* (criar emprego na metrópole, promover a colonização em África);
- *Dissuadir* (criar problemas administrativos e entraves legais);
- *Proibir* (vozes mais escassas mas existentes).

Há, assim, os que particularizam e se preocupam em reconhecer as diferentes trajectórias da emigração e os que, procurando a generalização mais conforme às leis sociais, esbatem a diversidade e definem grandes princípios. Os primeiros correm o risco de subvalorizar o negativismo e a desordem social que a emigração encerra. Os segundos

Afonso Costa”, Separata da *Revista Portuguesa de História*, vol.XXIV, 1990. Cf. ainda Alexandre Herculano, *Opúsculos II*, Lisboa, Presença, 1983 (org. de Jorge Custódio e José Manuel Garcia).

⁸ José Frederico Laranjo, *Theoria Geral da Emigração e sua Aplicação a Portugal*, Coimbra, 1878, p.128.

hipervalorizam os sinais da decadência pátria que o emigrante a seus olhos simboliza, como Oliveira Martins o fez, ou denunciam o “estado inferior de organização” de uma nação quase exclusivamente agrícola, onde, por falta de “combinação de indústrias”, escasseia a solidariedade e predomina o individualismo, como teoriza Frederico Laranjo⁹.

Se a discussão sobre a questão da emigração se prolonga sobre quase toda a segunda metade do século XIX, centrada essencialmente nos alvites da regulamentação e do desvio (para o Alentejo, para África), pelos anos 90 a desilusão é clara, face ao crescendo do fluxo emigratório que alastra como mancha de óleo a zonas geográficas que antes quase não conheciam a emigração directa (pois sempre houve emigração por etapas, com deslocações para o litoral e emigração posterior): agora reconhece-se a importância da emigração de Trás-os-Montes, do Algarve e até do Alentejo! O dilema parece insolúvel: *“Por um lado precisamos reter os braços que a emigração nos leva todos os dias, em uma progressão crescente e espantosa. Por outro lado não temos, por ora, os meios necessários para poder ocorrer a todas as necessidades do trabalho que é preciso empreender para reter esses braços.”* – reconhece, impotente, o ministro das Obras Públicas, Tomás Ribeiro, perante o parlamento (17.3.1891).

Sobre o retorno

Nesta perspectiva, para abordarmos o retorno da emigração, temos de precisar de que falamos, quando falamos da corrente migratória para o Brasil, o destino quase exclusivo dos emigrantes do Norte de Portugal no século passado. Com efeito, se queremos falar de

⁹ Cf. José Frederico Laranjo, *ob. cit.*

retorno, devemos ter em conta que a deslocação maciça de milhares de portugueses para o Brasil durante o século XIX implicou situações muito diversificadas, e que o retorno não é indissociável das condições de partida, pautadas por diferentes origens e destinos profissionais e aspiradas por diferentes “redes”.

Sublinhemos a rede comercial, a responsável pela atracção de jovens (18 e depois 14/13 anos, em moda estatística), que assentava num pano de fundo histórico ligado à fase colonial, o qual ajudou a estruturar um modelo popular de informação relativo ao lugar de destino: para lá dos casos de retorno com sucesso e o seu consequente papel emulativo, havia as relações comerciais e as recomendações entre correspondentes, o corpo de marinheiros dos barcos veleiros e, a partir dos meados do século XIX, surgia a imprensa a dar conta das novidades, todos fornecendo representações positivas do Brasil como um “além económico” desejado. Folheamos as páginas dos grandes diários do século passado e vemos uma meticulosa informação sobre o Brasil, particularmente do Rio de Janeiro, e alguns jornais do Porto, por exemplo, enchem às vezes a primeira página quase por inteiro com um largo rol de notícias. É exemplo disso *O Comércio do Porto*, que, em artigo de 27.7.1861, considerava mesmo que o estreitamento de relações entre os dois países era em grande medida devida ao jornalismo dos dois lados, pois raros seriam os jornais do império que não tinham correspondente em Portugal (alguns tinham mesmo dois, um em Lisboa e outro no Porto), tal como os principais jornais portugueses os tinham no Rio de Janeiro, defendendo que à imprensa cabia promover o conhecimento mútuo. Criaram-se mesmo diários e vários periódicos que apostavam no mercado de leitores de ambos os países, incluindo geralmente em subtítulo essa função de mediadores “luso-brasileiros”:

Para lá deste conhecimento difuso, o que na verdade funcionava em pleno e de forma muito próxima aos candidatos à emigração e suas famílias era a rede de conhecimentos alicerçada nas relações comerciais. O Brasil era, pois, o destino natural desta emigração, dada a afinidade histórica, e sobretudo a língua, afinal o grande elemento de aproximação ou de marginalização nos processos emigratórios. Enfim, como dizia ainda Mendes Leal, os portugueses que vão para o Brasil “sabem que ali encontrarão senão a pátria, um traslado dela, senão a família, um grau de parentesco”¹⁰. Esta continuidade que radicava na corrente humana que, desde o século XVI, ligava o Litoral Norte de Portugal ao Brasil explica que a emigração tivesse durante muito tempo a sua extracção maciça naquela que era considerada como a província mais rica de Portugal: o Entre-Douro e Minho.

Não admira, assim, que houvesse por parte da maioria das famílias uma preocupação de “preparar” os potenciais emigrantes para o sucesso, numa terra em que o trabalho braçal foi assegurado até muito tarde pelo trabalho escravo. Para muitos, o ensino das primeiras letras era um investimento pessoal que só na emigração e na actividade comercial tinha retorno, pois não lhe viam aplicação para quem ficava na agricultura; para outros, essa preparação era representada pela aprendizagem de um ofício ou pelo tirocínio comercial no Porto, importando aqui lembrar que a aprendizagem de um ofício também era uma iniciativa que implicava o desembolso familiar ao mestre e que se podia prolongar por vários anos. Ensinava-se para a emigração, muitas vezes com professores particulares contratados para o efeito, em despesas que mais tarde sobem às partilhas da herança, tal como entram em conta os gastos com a partida; e quantas vezes ao ensinar-se em si mesmo se estava a preparar um emigrante, alguém que não podia utilizar essas capacidades na

¹⁰ Mendes Leal, *ibidem*, nº 2, Fevereiro de 1868.

aldeia e acabava por partir, procurando a cidade ou o Brasil, pois seria ridicularizado por possuir um saber de que não era capaz de tirar proveito. Isto ajuda a explicar que a população emigrante fosse em geral mais alfabetizada do que a população que ficava, e que os níveis de alfabetização dos emigrantes se assemelhasse ou superasse mesmo aos das populações urbanas de Lisboa e Porto. Porque, no fundo da questão, estava um sistema minifundiário e um modelo sucessório que privilegiava um dos filhos, pelo que a exclusão familiar dos destinados à saída de casa era encarada com algum cuidado pelos ascendentes, numa fase em que ainda assumiam todo o poder familiar, de forma a encaminhá-los o melhor possível, prevenindo-lhes a “arrumação”, num processo em que competências pessoais e compadrio se cruzavam.

Sendo, porém, a emigração um processo de relação entre dois pólos, é necessário reconhecer que se desenvolveu aqui um jogo de mal-entendidos entre Portugal e o Brasil. Os portugueses queriam enviar emigrantes jovens, com alguma qualificação e alguma protecção, que pudessem fazer carreira comercial ou nos ofícios, integrando-se na vasta colónia portuguesa que no Brasil dominava grande parte das actividades comerciais, colónia que constituía a rede apelativa e dava “arrumação” a muitos recém-chegados.

Pelo contrário, o Brasil pretendia outro tipo de perfil para o imigrante que procurava, armando para isso uma outra rede de imigração no sentido de recrutar apenas jovens robustos, dotados de força braçal, sem qualificações, que “nunca tivessem estado em vilas ou cidades” (como recomendava a Agência Central de Colonização, nos anos 50), para, uma vez no Brasil, não terem tentações de fuga para os meios urbanos, pois o objectivo era embaratecer ou substituir a mão-de-obra das plantações, perante o declínio da escravatura. É uma rede de transportadores e de engajadores com ligações estreitas aos fazendeiros que

se começa a formar espontaneamente logo nos anos de 1830, animada por antigos transportadores de escravos, que se viam manietados pela vigilância e pirataria da frota inglesa, e que preferiam apostar neste novo mercado de mão-de-obra europeia, imenso e ainda não devidamente controlado, aproveitando o expediente legal já existente dos contratos de locação de serviços. As ilhas dos Açores e Madeira foram os grandes fornecedores desta nova emigração que tinha essencialmente destino agrícola, mas o “engajamento” estendeu-se igualmente ao Norte de Portugal, despertando para a emigração zonas geográficas antes adormecidas e precipitando a ida de indivíduos antes impedidos de custear a sua própria emigração, através de adiantamentos garantidos por contrato com vista à viagem e sua preparação e de uma propaganda de tipo aliciador.

A animação paralela destas duas redes gerava, ao nível popular, uma série de equívocos e frustrações, em que o voluntarismo da ida se transformava, por vezes, em tormentos de viagem e/ou numa verdadeira condenação profissional, originando fortes polémicas. Com o decorrer do tempo, o próprio Estado brasileiro vai legalizar e regulamentar estas redes, nomeadamente com a institucionalização da já citada Agência Central de Colonização e de outros organismos afins. Com a denúncia dos escândalos desta “escravatura branca”, em que os plantadores esqueciam ou iludiam os contratos, e a oposição por parte de alguns países emissores (caso da Alemanha, que proíbe esta contratação), o Brasil evoluirá nos finais do século para outras formas de incentivo à emigração, mais consentânea com os novos tempos (gratuidade das viagens, subsídios ao estabelecimento de famílias, etc.).

O direccionamento dos emigrantes para a agricultura ou para o comércio implicava diferentes expectativas de retorno. Esta representação dicotómica dos comportamentos dos

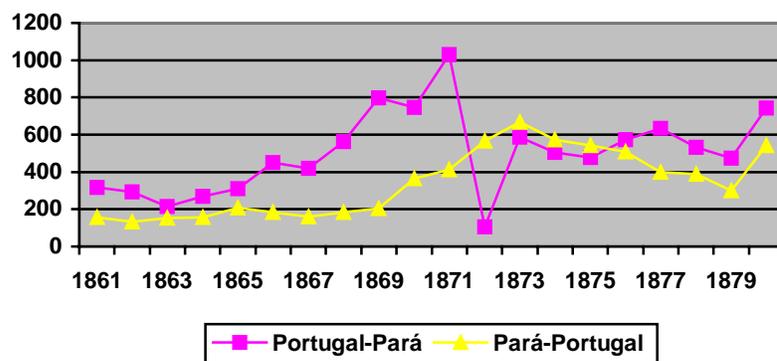
emigrantes portugueses do Brasil no que respeita ao retorno pode observar-se, por exemplo, em depoimentos consulares.

O cônsul português em Porto Alegre, que cobria quatro grandes estados do sul do Brasil, com relevo para o Paraná, considerava que nesta zona, onde não se verificava a existência de uma colónia comercial significativa, os imigrantes portugueses (dedicados à agricultura e na maioria analfabetos), que se debatiam com a concorrência de imigrantes de outras nacionalidades, rapidamente esqueciam Portugal, pois até o clima e a salubridade ajudavam a uma melhor adaptação. Aqui o português “não pensando mais em regressar à terra natal, onde só recordações amargas o prendem”, constituía família e trabalhava para garantir o futuro dos filhos. Já no que se referia ao Norte do Brasil, onde o português estaria livre da concorrência do estrangeiro por virtude do clima inóspito, o cônsul dizia acontecer o oposto: “o português que no norte conseguiu arranjar fortuna tem geralmente de ir à sua terra adquirir novas forças para volver aos seus negócios e uma vez aposentado, não podendo viver num clima debilitante, regressa definitivamente à Pátria, para viver, descansadamente, à sombra dos seus rendimentos, tendo, previamente, arranjado um parente ou um vizinho de confiança, que prossegue nos seus negócios”¹¹.

Compreende-se que o retorno se verifique essencialmente das correntes que partem para o comércio ou ofícios e seja pouco significativo relativamente às partidas destinadas à agricultura: é sabido que o trabalho urbano permite uma maior mobilidade de recursos e de contactos, ao contrário do agrícola que prende o indivíduo à terra. Pode então afirmar-se que o emigrante destinado ao comércio, quando não constitui família e se radica no Brasil, tende a retornar após um período muito mais longo do que os destinados aos ofícios, pois a

carreira comercial só pode ter sucesso após longos anos de tirocínio: é preciso subir os vários escalões de marçano a caixeiro, ganhar nome na praça, ter a sorte de ser o escolhido para receber a loja do patrão que se afasta ou saber aproveitar uma oportunidade para se estabelecer por conta própria.

Gráfico – Movimento de partidas entre Portugal e Pará, segundo informações consulares



Entretanto, o retorno de carpinteiros, pedreiros e de emigrantes com outras profissões ligadas à construção ocorriam frequentemente por ciclos, provavelmente ligados a surtos de fomento de obras no Brasil, voltando normalmente ao fim de cerca de três anos (situação que também ocorria noutros sectores, como era o caso da pesca, reconhecida em memória viva de certas localidades, como a Póvoa de Varzim).

Mas neste domínio todas as regras se esbatem com o progresso que também influencia a emigração: quer o desenvolvimento dos transportes marítimos, quer o próprio desenvolvimento urbano do Brasil que surge como uma escola de aprendizagem para os

¹¹ Manuel Araújo Bruno da Silva, “Porto Alegre - Relatório consular”, *Boletim da Sociedade de Geographia*, Novº-1914, p.411-421.

filhos de negociantes portugueses. Diz a este respeito, o periódico “Correspondência de Portugal”:

Do abençoado Brasil tem-nos vindo ultimamente cabedal e alguns homens activos e empreendedores, que reservaram parte da vida para a virem empregar em utilidade sua e de seu país. Dantes vinha só dinheiro. Quem o trazia, ou vinha para as Caldas, ou passar o inverno no leito. Eram vidas exauridas pelo trabalho. Não tinham mais que dar. Hoje a rapidez e a facilidade das comunicações transformaram tudo. Vão-se buscar à América hábitos e habilitações de trabalho, e que só a necessidade longe do ninho paterno sabe ensinar. Algumas casas importantes de Lisboa e Porto, assim como algumas das empresas modernas, são administradas por indivíduos que iniciaram a sua carreira no Brasil¹².

Quer no comércio, quer nos ofícios, criava-se uma situação de pendularidade alargada, falando as autoridades em números da ordem dos 20% de passageiros que circulavam entre o Brasil e Portugal numa situação de contactos familiares, tratamento de negócios, descanso ou situações de reemigração (calculei-a, em termos mínimos, em cerca de 7%, para uma amostra de partidas entre 1836-1879). Reconhece o governador-civil de Aveiro: “Deve notar-se que muitos dos indivíduos que seguiram para Brazil o fizeram pela segunda e mais vezes”¹³.

Profissionais de ofício que retornavam a Portugal, passando a ser simultaneamente lavradores com o investimento das poupanças na terra, passados alguns anos voltavam ao Brasil para recuperar capitais para as suas unidades de novo descapitalizadas. Comerciantes que, entretanto, tinham entregue as suas lojas a caixeiros de confiança voltavam também frequentemente ao Brasil, ou porque tinham perdido essa confiança ou porque queriam ver

¹² Cit. por Augusto de Carvalho, *O Brazil - Colonização e Emigração*, Porto, 1876, pp. 290-291.

o andamento do negócio com os próprios olhos. Trata-se, nestes casos, de uma verdadeira emigração intercalada, com potencialidades de se ampliar à medida que diminuem o tempo e os custos das viagens perante a vulgarização dos vapores. Este comportamento permite que muitos optem por períodos mais ou menos longos na terra natal e partam sempre que a situação económica e social o aconselhe, imagem esta fornecida por vários estudos de tipo micro, mas que não se ajusta à literatura oficial da época, a qual só produz um discurso dicotómico, em que uns poucos regressariam ricos e a grande maioria não retornava ou apenas o fazia na situação de doentes ou desiludidos.

Contudo, em termos de medição, tudo é do domínio do impreciso no campo do retorno, sendo mais aconselhável compreender do que medir. Nem sequer existem números oficiais, chegando alguns autores a negligenciarem a sua existência. No entanto, um historiador como Oliveira Martins atribuía-lhe um peso de 50%, relativamente às partidas. Pela nossa parte, todos os exercícios feitos, ainda que frágeis, apontam para um refluxo em torno dessa grandeza com oscilações entre os 40 - 60%, sejam esses exercícios realizados sobre algumas listas de embarque/desembarque, pela equação de concordância intercensitária ou medidos ao nível microanalítico em reconstituições paroquiais na área do Porto (recorde-se que há estimativas de retorno de 70% para a Galiza, uma região com muitas homologias com o Norte Litoral português).

A este peso demográfico do retorno não corresponde necessariamente uma igual proporção de riqueza: por isso, na linguagem popular, uns voltavam “brasileiros”, os que vinham com uma riqueza assinalável, outros apenas “abrasileirados”. Resultados fragmentários de um inquérito de 1873, relativos a concelhos circunvizinhos do Porto,

¹³ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1882, nº8, p.503.

dizem-nos que em 1471 retornados, 777 faziam-no com “alguma fortuna”. Uma parte substancial voltava rapidamente, com riqueza igual à que levou. Dos mais afortunados a idade média do retornado do Brasil é de 42 anos, oscilando entre os 30 e os 50 anos. O tempo médio do ciclo emigratório é de 10 anos, embora 50% retornem antes dessa média. O montante de riqueza atribuída é correlativa ao tempo da emigração: para os que voltam antes dos 10 anos há uma riqueza média de cerca de 2 contos de réis (o necessário para comprar uma quinta, casa de lavoura constituída por edifício e algum terreno à volta), embora 50% declare valores inferiores a um conto de réis; valores entre 6 a 20 contos de réis só para os que trabalharam no Brasil acima dos 10 anos; valores em torno dos 100 contos de réis só para uns poucos, os que gastaram a sua vida no Brasil (40 anos de emigração). Como termo de comparação, lembre-se que um artista em Portugal ganharia \$400 réis diários, ou seja, 146\$000 réis para 365 dias. Um conto de réis corresponderia a 2500 dias de trabalho, mais de 6 anos, num valor muito difícil de atingir em capitalização a partir do salário. Para um jornaleiro, com salário médio de 200 réis diários, tudo seria muito pior, se permanecesse em Portugal. No que respeita à inserção profissional no Brasil, 24% vinham da agricultura, 32% de ofícios artesanais (pedreiros, carpinteiros...) e 43% do comércio (caixeiros, comerciantes, negociantes).

É com esse peso de retorno, associado a importantes refluxos monetários (verbas de retirada, mesadas às famílias, de ligações comerciais e de títulos de rendimento no Brasil, entradas de dinheiro que flutuam de acordo com a evolução cambial), que se explica a importância social dos ditos “brasileiros” na área do grande Porto e que eles sejam um elemento de revitalização do tecido económico-social da região, como mostram alguns estudos recentes sobre esta temática. A emigração é um campo que possibilita a mobilidade

Alves, Jorge Fernandes – Os *brasileiros* da emigração no Norte de Portugal. In *Os Brasileiros da Emigração*, Actas do colóquio realizado no Museu Bernardino Machado/ C. M. de V. N. de Famalicão, 1999, p. 233-247.

social, por isso o “brasileiro” surge aos olhos do homem comum como a *“personagem viva que assomava e ascendia sobre o decair rápido das classes predominantes do velho regime”*, aburguesando tanto o meio rural como urbano através do seu dinheiro e das suas iniciativas¹⁴. Se muitos voltavam à agricultura, outros estabeleciam pequenas lojas de “pesos e medidas” (grande parte da rede de comércio a retalho em Portugal estava então na mão de emigrantes retornados), outros ainda optavam por hospedarias ou mesmo hotéis, denotando uma subida de estatuto face à posição de partida. Os de maior riqueza, participavam nas novas companhias comerciais ou industriais, sobretudo nas sociedades anónimas que se organizavam nas duas grandes cidades - Lisboa e Porto, ou aplicavam dinheiro nos títulos de dívida pública.

Essa mobilidade social ascendente é desde logo visível no mercado nupcial, onde entravam por cima, apesar dos protestos das elites locais que não lhes reconheciam méritos e se enfastiavam com uma propalada pujança económica, que quase sempre não passava de alguns contos de réis zelosamente poupados e investidos. Mas é através deles, por alianças matrimoniais ou por aquisição, que muitas casas de lavoura da região se rejuvenescem, procedendo a investimentos tanto em construções habitacionais salubres e apetrechadas de água, como na ampliação de terrenos. É através deles que as vilas oitocentistas que se tornam sedes de concelho, a unidade administrativa criada com o liberalismo, se urbanizam, sendo normalmente de “brasileiros” os melhores edifícios de habitação, e tendo sempre uma grande participação na construção das escolas locais (a nível de freguesia) e dos hospitais concelhios, onde apoiam as velhas misericórdias ou impulsionam novas instituições desse tipo: daí as frequentes estatuetas de “brasileiros” em praças públicas ou a

¹⁴ Ricardo Jorge, *ob.cit.*, p. 23.

encimarem escolas. Sublinhe-se que os “brasileiros”, que sabiam como poucos a importância da escolarização no sucesso emigratório, desenvolveram uma importante acção educativa, tanto ao nível da defesa da alfabetização e da sensibilização para a necessidade de uma emigração qualificada em artigos de imprensa, como se tornaram nos grandes e quase únicos filantropos da educação em Portugal: um deles, o Conde de Ferreira, deixou à sua morte um legado para a construção de 120 escolas (para além de uma verba vultosa que reverteu para a construção do primeiro grande hospital de alienados, no Porto), com recomendação para uma arquitectura escolar que veio a fazer estilo - a de um edifício que englobasse sala de aulas e habitação do professor. Muitos “brasileiros” da emigração lhe seguiram depois o exemplo, ajudando a criar (por iniciativa própria ou participando em actos colectivos) a rede escolar do ensino primário em Portugal. Mais tarde, quando o parque escolar já era localmente significativo, surgiram também apoios para cantinas escolares, de modo a alimentar as crianças pobres.

Aqui e ali, em zonas rurais, surgem importantes fábricas da sua iniciativa (na têxtil, nos lacticínios, na serração de madeiras), com grande impacte local ao nível da criação de emprego, bem como pequenas oficinas que têm no capital da emigração a razão da sua existência. Disponíveis e com recursos, os “brasileiros” tornam-se muitas vezes líderes políticos locais, assumindo funções de patrocínio que conduziam normalmente ao caciquismo típico da política oitocentista. E acautelavam a sua morte com cuidado, tendo um papel histórico na construção e dignificação dos cemitérios, onde implantavam mausoléus, numa época em que os cemitérios surgiam por imposição das autoridades, em nome da sanidade, apesar da oposição popular que estava habituada aos enterros nas igrejas.

Mas é na vida urbana que os “brasileiros” melhor podem aplicar tanto o capital financeiro como o acréscimo de capital humano que trouxeram do Brasil (que na realidade funcionava também como uma escola de formação para a vida prática, para onde negociantes mandavam filhos tirocinar no comércio). E aí vamos encontrá-los em tudo o que é novidade empresarial, quer em cargos de direcção ou serviços, quer como sócios ou accionistas: naturalmente, no comércio em geral; mas também nos bancos (não se compreende o surto bancário dos anos 70 (de 17 para 51 bancos, em 1875) sem o papel dos “brasileiros”; nas companhias de seguros; nas empresas de transporte - veleiros, carros americanos e eléctricos (C^a Carris de Ferro), caminho-de-ferro (linha da Póvoa), nas tentativas de companhias de navegação a vapor; na imprensa (os dois maiores jornais do Porto, o *Jornal de Notícias* e *O Primeiro de Janeiro* tem as suas origens em “brasileiros”); em iniciativas mineiras; na indústria (têxteis, cerâmica, madeiras, construção civil, na indústria hoteleira). Desta actividade decorrerá também uma importante vida associativa, devendo sublinhar-se que a poderosa Associação Comercial do Porto, que quase sempre teve “brasileiros” nos seus elencos directivos, foi nos anos 70 gerida de forma determinante por alguns dos mais representativos elementos deste grupo, chegando a conceder por essa altura o título de presidente honorário ao Conde de S. Salvador de Matosinhos, um típico exemplo de filhos de camponeses de Matosinhos que, emigrando muito jovem, aspirado na corrente comercial, veio a tornar-se num dos maiores banqueiros do Brasil e um reconhecido filantropo da comunidade portuguesa no Rio de Janeiro.

Vale a pena ainda sublinhar a filantropia dos brasileiros que regressavam em atitudes jubilatórias, normalmente canalizada para institutos religiosos - misericórdias e confrarias, mas tendo também iniciativas mais seculares, que depois acabavam por entregar à

Misericórdia para gestão posterior à sua morte (ex. Estabelecimento Humanitário do Barão de Nova Cintra, no Porto, um asilo-escola para crianças desprotegidas, que, ao lado da escola, tinha uma fábrica de seda). Não se podem esquecer ainda as subscrições no Brasil, ou seja as listas para auxílios em desastres, cataclismos, obras humanitárias ou religiosas, ou mesmo subscrições para iniciativas empresariais (acções para companhias, venda de urbanizações) que corriam no Rio de Janeiro por solicitação de familiares e amigos. Porventura o dar monetário buscava o reconhecimento simbólico - nomeadamente os títulos nobiliárquicos ou as comendas, mas como esquecer que a Misericórdia do Porto se transformou na maior instituição de assistência do País, sem recorrer a lotarias, senão com as doações de “brasileiros”?

Também se reconhecerá que o seu fim, com a queda abrupta do câmbio brasileiro e a conseqüente reemigração de muitos destes “brasileiros” do Porto na década de 90, ajuda a explicar a perda de preeminência económica e social do Norte de Portugal e, em particular, da segunda Cidade portuguesa – o Porto- na viragem do século. Por outro lado, a colónia portuguesa polarizou-se muito no Rio de Janeiro e, em menor escala, noutros pólos urbanos de tradição colonial (Pará, Pernambuco, Baía), não acompanhando o desenvolvimento de outras zonas geográficas do Brasil, senão em posições posteriores e subalternas, com isso perdendo a colónia e diminuindo em conseqüência os reflexos económicos e culturais. Mas com as alterações finisseculares (nomeadamente o incentivo brasileiro à nacionalização, os obstáculos à saída de capitais) os “brasileiros” com os seus comportamentos típicos desapareceram, mantendo-se um importante retorno, mas onde a figura típica de outrora se diluía na massa comum da sociedade, normalizando gestos e comportamentos, cansado também de ser caricaturado e explorado pelos seus próximos.

Entretanto, do lado de lá, com os incentivos à nacionalização, outros brasileiros de origem portuguesa emergem, mas agora profundamente integrados na sociedade de recepção, alguns deles conquistando a pulso lugares de relevo na vida económica das novas cidades brasileiras, viradas para o campo industrial, com as suas novas especificidades, como foi o caso exemplar de António Pereira Inácio, que, partindo de Baltar (arredores do Porto), em 1885, para trabalhar como sapateiro na oficina de seu pai, veio a construir um dos maiores grupos empresariais do Brasil (em S.Paulo), com base na sua fábrica de fiação e tecidos Votoratim, a que várias outras se seguiram. O cônsul português em Porto Alegre (Rio Grande do Sul), por 1913, mostra-nos um peso importante dos portugueses com capitais aplicados em companhias (bancos, seguros, transportes), no comércio e na indústria em múltiplos sectores¹⁵. E os exemplos poderiam seguir, mostrando que, com a viragem do século, o sucesso passava fundamentalmente pela plena integração do português no Brasil, aí investindo plenamente o seu capital, aproveitando as múltiplas oportunidades que o crescimento económico brasileiro passou a propiciar.

Perante a variedade de situações na abordagem do papel social do "brasileiro" oitocentista, podemos considerar a tipologia elaborada pelo italiano F. P. Cerase relativa às migrações de retorno, embora elaborada para contextos actuais e tendo em conta a predisposição emergente das várias situações de retorno, atendendo a factores como a idade, o nível económico, os projectos iniciais, a interiorização do nível de sucesso ou insucesso, a capacidade de reintegração. Essa proposta compreende os seguintes tipos¹⁶, que se adaptam às situações conhecidas de retorno a Portugal:

¹⁵ Carlos de Sampaio Garrido, "O consul de Portugal em Porto Alegre à Sociedade de Geografia de Lisboa", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1913, Janeiro, p. 23-43.

¹⁶ Cit. por GONZÁLEZ, Luis Borreguero, "El Retorno em la Emigración: Problemas y Posibles Soluciones",

- *retorno de fracasso*, especialmente constituído por emigrantes de origem rural, que só conseguiram postos de trabalho de condição inferior, nunca se tendo integrado nas sociedades de acolhimento, pelo que voltam em condições idênticas às de partida - temos exemplos de emigrantes que voltam rápido e sem dinheiro, alguns deles sendo obrigados a recorrerem às associações de beneficência criadas no Brasil por emigrantes mais afortunados ou aos serviços consulares.

- *retorno de conservantismo*, por parte daqueles que, apesar de terem tido algum sucesso, conservam os seus comportamentos tradicionais de origem e vivem na obsessão do retorno para um estabelecimento próprio, em pequenos negócios ou serviços - um tipo de retorno que enquadra ciclos migratórios relativamente curtos, com retorno logo que se obteve um mínimo de capital que respondesse às expectativas de partida, ou seja, que permitisse injectar capital em propriedades fundiárias ou iniciar, por exemplo, o pequeno comércio em Portugal.

- *retorno de jubilação*, por parte dos que tiveram êxito, conseguiram avultadas economias e a idade não lhes permite novas adaptações, pelo que voltam apenas para viver das economias ou das eventuais pensões de reforma - esta é uma situação que enquadra os emigrantes bem sucedidos no comércio brasileiro, que por falta de descendência ou óbito de familiares ou por razões de saúde acabam por voltar a Portugal, sendo em geral generosos para com instituições de beneficência (confrarias, misericórdias) e outros actos de filantropia (escolas, asilos), desenvolvendo por vezes alguma acção política simbólica.

- *retorno de inovação*, em referência aos emigrantes que aproveitaram a sua experiência para melhorar os seus conhecimentos e qualificação profissional, adquiriram

Alves, Jorge Fernandes – Os *brasileiros* da emigração no Norte de Portugal. In *Os Brasileiros da Emigração*, Actas do colóquio realizado no Museu Bernardino Machado/ C. M. de V. N. de Famalicão, 1999, p. 233-247.

novas atitudes e comportamentos, e voltam ao país de origem para aproveitar os seus conhecimentos numa reinserção mais eficaz na sociedade - enquadrando-se aqui os emigrantes de retorno que voltando para as cidades e em menor escala para as vilas participam activamente da dinâmica económica e mesmo política, tomando iniciativas para a criação de novas estruturas empresariais (transportes urbanos, ferroviários, marítimos, criação de companhias de seguros e bancos, ou iniciativas no campo industrial) ou desenvolvem acção política inovadora (nos finais do século XIX e inícios do século XX, não faltam emigrantes retornados do Brasil a propagar o republicanismo e os ideais de tipo maçónico).

Como todas as tipologias, este quadro é redutor, não contemplando toda a diversidade de casos e havendo, por outro lado, personagens cuja movimentação toca vários dos cenários aqui traçados.

*

Resumindo: o retorno da emigração do Brasil, particularmente o do século XIX, foi bastante mais importante do que o publicismo oitocentista, eivado de propaganda anti-emigratória, quiz fazer crer, quer do ponto de vista demográfico, quer do ponto de vista económico, social e mesmo político. Assim, o retorno ajudou a diminuir o impacto do efeito da emigração, embora sem compensar os anos de "vazio" demográfico que a respectiva ausência provocou, mas atingindo níveis quantitativos importantes. Se há uma imagem oficiosa baseada na ideia de que o português abandona a pátria e se dissemina pelo mundo, adaptando-se à diversidade de culturas, com elas convivendo pacificamente, também a contra-imagem do retorno a contrabalança, podendo dizer-se que, pelos escassos

Emigracion, 1981. pp. 225-242.

dados existentes, se equilibram mutuamente em termos quantitativos. Tanto mais verdade quanto é certo que as estatísticas de partida dissimulam um importante peso da reemigração que a partir dos finais da década de 70 do século passado assumiu percentagens consideráveis com a generalização do vapor e o embaratecimento e menor duração das viagens, enquanto alguns autores só sublinham a importância da emigração clandestina neste contexto.

A ideia do "brasileiro" quarentão que volta não endinheirado mas com algum "pé de meia" que lhe permite estabelecer-se de forma independente através de um pequeno comércio, oficina ou exploração agrícola é a mais correcta, segundo os indicadores sociais apurados. Efectivamente os que retornam em força não se demoram muitos anos, tudo indicando que foram ao Brasil para resolverem problemas pontuais ou não se integraram de forma satisfatória, facto que os leva ao retorno na primeira oportunidade. Os muito afortunados são efectivamente poucos, e esses deverão passar bastantes décadas no Brasil de forma a acumularem a sua fortuna. De qualquer forma, o pequeno "pé-de-meia", para além de contribuir para a construção ou adaptação da casa, aplicado em valores mobiliários garante pequenas rendas que dão ao "brasileiro" uma capacidade económica líquida acima da grande maioria da população, o que explica uma elevação de estatuto social de que o mercado nupcial se torna um bom indicador, principalmente numa região em que os lucros líquidos da faina agrícola são escassos, quando existem, e se exigem permanentes injeções de capital exterior para manter as unidades agrícolas. Por isso não só o retorno com algum capital, tal como as remessas enviadas como mesadas, colocação de capitais na dívida pública e compra de acções, aquisição de bens para fruição no retorno futuro ou para doações, se tornam decisivas, não só a nível local como nacional, sendo um elemento

indispensável ao equilíbrio da nossa balança de pagamentos com o exterior, embora com o aspecto negativo de ajudarem a constituir uma economia de subsídio, isto é, dependente de injeções monetárias de origem externa, cuja dinâmica não se controla em termos nacionais.

Se o papel do "brasileiro" retornado na sociedade de que partiu é essencialmente conservador ou de jubilação, procurando viver de forma independente ou, no melhor dos casos, numa situação de retirado da vida activa, não podemos esquecer os fluxos de numerosos negociantes que do lado de cá se instalaram nas cidades e investiram em companhias e bancos, alguns em fábricas e oficinas, contribuindo para a dinâmica económica. Se muitos dos projectos económicos em que investiram não se tornaram rentáveis nem sempre os podemos responsabilizar, pois, na sua maioria, faziam o papel de investidores, sendo os projectos liderados por negociantes e homens públicos que nunca foram ao Brasil e que dos "brasileiros" procuravam apenas captar as suas poupanças e transformá-los em instrumentos apelativos do capital da emigração através da sua rede de conhecimentos. Por isso os sucessivos insucessos, com a falência de numerosas empresas começou a retrair o investimento na esfera da economia activa por parte dos "brasileiros", preferindo estes o investimento de rendimento certo em apólices de dívida pública portuguesa e estrangeira, mais compatível com situações de retirada como era o caso da maioria, fenómeno que a quebra inexorável do câmbio brasileiro sobre Londres na década final de oitocentos veio agravar.

Este aspecto conjugado com outros factores (impostos de capital do lado de cá, desincentivo às transferências do lado de lá) levou a que o capital da emigração tivesse tendência a aplicar-se mais do lado brasileiro, valendo a Portugal a intensificação da

Alves, Jorge Fernandes – Os *brasileiros* da emigração no Norte de Portugal. In *Os Brasileiros da Emigração*, Actas do colóquio realizado no Museu Bernardino Machado/ C. M. de V. N. de Famalicão, 1999, p. 233-247.

emigração de homens casados, num desmembramento da célula conjugal que garantia o envio das remessas indispensáveis. De qualquer forma no Porto e seus arredores tornou-se sempre muito visível a acção dos brasileiros, quer nas zonas rurais, quer na cidade, através das suas casas agrícolas ou palacetes da cidade, investindo na agricultura, nos processos de urbanização e mantendo um importante núcleo comercial que era o responsável pela ligação ao Brasil neste aspecto, assegurando que o respectivo comércio fosse ainda um importante elemento das nossas trocas externas, embora longe das verificadas no contexto colonial.

A penetração na esfera individual mostra-nos o "brasileiro" como um homem preocupado com a terra de origem, defendendo alguns valores burgueses, como o da disseminação da escolarização e dos equipamentos sociais de apoio à doença, velhice e invalidez, raramente resistindo, contudo, à viscosidade nobiliárquica, através da compra de comendas e títulos, um dos poucos incentivos à entrada de capitais que o Estado oitocentista soube produzir para com a emigração.

Conjugando todos os elementos, podemos, então, dizer que, apesar de todos os custos individuais e familiares que a emigração implica, ganha algum sentido dar razão às posições do economicismo liberal sobre a emigração, na vertente liberatória de movimentos, de que podemos transcrever uma frase-chave de um autor oitocentista já várias vezes aqui citado – Mendes Leal:

Na ordem económica, a emigração é em verdade exportação de trabalho e de inteligência, que todavia não significa perda, senão deslocação de forças, pois que

Alves, Jorge Fernandes – Os *brasileiros* da emigração no Norte de Portugal. In *Os Brasileiros da Emigração*, Actas do colóquio realizado no Museu Bernardino Machado/ C. M. de V. N. de Famalicão, 1999, p. 233-247.

*estas forças quanto mais acham favorável o terreno mais depressa se convertem em capital que activa a indústria e a riqueza comum*¹⁷.

¹⁷ Mendes Leal, “Da emigração”, *A América*, nº 3, Março de 1868.